

XII Congresso da USL

Camaradas e amigos,

Em nome do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, saudamos todos os delegados e convidados. Aqui deixamos o nosso abraço fraterno em nome dos valores, ideias e projeto que consubstancia e materializa a União dos Sindicatos de Lisboa, estrutura indispensável na dinamização, mobilização e ação político-sindical dos trabalhadores do distrito em defesa das suas condições de vida, em consonância com a natureza do movimento social que integramos, o movimento sindical unitário da CGTP-IN.

Camaradas,

A realidade em que o STML intervém, abrange os trabalhadores da câmara municipal, juntas de freguesia e empresas municipais da cidade de Lisboa. Contamos atualmente com cerca de 3.800 associados, num universo multissetorial de mais de 12 mil trabalhadores, sinónimo de um campo privilegiado de potencial sindicalização.

Em 2014, foram transferidos compulsivamente cerca de 1000 trabalhadores da CML para as Juntas de Freguesia, resultado da reforma administrativa que desorganizou e fragmentou a cidade de Lisboa, degradou a qualidade do serviço público, em especial na área da higiene urbana, além de potenciar a níveis inéditos o número de trabalhadores com vínculos precários.

O STML acompanhou e dinamizou a contestação às opções políticas impostas pelo velho e conhecido “arco da desgovernação” – PS/PSD/CDS -, primeiro na AR e depois na AML. Opções que numa fase inicial desprezaram os interesses dos trabalhadores e da própria população. Logicamente, só através de um intenso processo reivindicativo (concentrações, manifestações e greves) foi possível salvaguardar um conjunto importante de direitos dos trabalhadores, não ignorando que muitos outros têm que ser defendidos em bases diárias. O melhor caminho à defesa dos nossos direitos é exercendo-os, como muitas vezes relembramos.

Nestes 5 anos, através da contratação coletiva direcionada para o setor público, celebramos 18 ACEP (de um total de 24 freguesias). Renegociámos e melhorámos os seus conteúdos em 5 freguesias nos últimos 18 meses. Para 29 de novembro, prevê-se a concretização deste objetivo na Junta de Freguesia das Avenidas Novas.

Trata-se de uma frente de trabalho que tem permitido proteger e alcançar *mais e melhores* direitos. Exemplos mais evidentes, a manutenção das 35 horas durante o período da austeridade imposto por PSD/CDS ou, mais recentemente, a atribuição de mais 3 dias de férias por ano, entre outras matérias. O mesmo objetivo é perseguido na CM Lisboa, face a um processo de renegociação que dura há um ano, prevendo-se finalmente para dezembro a celebração de um novo ACEP.

Também através da contratação coletiva, valorizamos o Acordo de Empresa na Egeac (o primeiro AE a ser celebrado no país com uma empresa municipal, em 2002), tendo-se

alcançado, em 2018 e também em 2019, aumentos salariais, rompendo com a estagnação que durava há uma década.

Relembramos positivamente o AE celebrado com a Gebalis em 2017, em trabalho conjunto com o STAL. Feito inédito nesta empresa, em muito contribuindo a disponibilidade, unidade e confiança dos trabalhadores nos seus sindicatos.

Na SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana), reforçada agora nas suas competências em detrimento de uma câmara municipal cada mais vez mais débil e submissa aos ditames do mercado imobiliário e da especulação que lhe está subjacente, interessa contudo, no plano político-sindical, defender os direitos e corresponder às expectativas dos cerca de 100 trabalhadores que atualmente corporizam esta empresa. Também aqui se trabalha, com eles e para eles, numa proposta de AE.

Em termos mais concretos, não ignoramos os inúmeros e complexos problemas com que o STML se defronta. Problemas que afetam, obviamente e em primeiro lugar os próprios trabalhadores que representa. A precariedade banalizou-se e mantém-se. O programa de regularização extraordinária de vínculos precários na administração pública (PREVPAP), foi solução para uma parte do problema. É verdade que mais de mil trabalhadores, entre câmara e juntas de freguesia de Lisboa, passaram a ter um vínculo efetivo (contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado).

Mas se uma porta se abriu positivamente para muitos, outras barreiras foram criadas para outros tantos. O recurso a “prestadores de serviços” (falsos recibos-verdes) continua a ser uma prática recorrente nas freguesias. Principalmente nos setores operacionais - limpeza urbana, manutenção dos jardins e espaço público, ou nos jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo. O exemplo da freguesia de Benfica continua a bater recordes, pela negativa claro está.

Na câmara municipal, face a carências urgentes de pessoal, abrem-se concursos externos e os candidatos iniciam funções em termos imediatos como prestadores de serviços. Denunciámos esta prática iniciada em fins de 2018 e aprofundada ao longo deste ano, nos casos concretos da limpeza urbana, cantoneiros e motoristas; e no urbanismo, com os novos arquitetos...Dentro de um ano (ou mais), saberemos se estarão, ou não, como efetivos, subentenda-se, integrados no mapa de pessoal.

O compromisso político do Executivo PS/BE com o STML aponta a sua admissão, mas, enquanto tal não sucede, os trabalhadores são, como muitas vezes afirmamos, “pau para toda a obra”, sucessivamente ameaçados, intimidados e limitados no exercício dos seus direitos constitucionais, como a greve ou o acesso à informação e participação sindical. Preocupações que nos obrigam a uma atenção e intervenção permanentes, junto de hierarquias e responsáveis políticos e, principalmente, junto dos trabalhadores no plano da informação e do seu esclarecimento, sensibilização e mobilização na defesa dos seus próprios direitos.

Em termos mais latos, o Sindicato tem sido incansável na denúncia das opções políticas que negam o imprescindível investimento público, quer no campo da contratação de

peçoal (através de concursos externos de admissão); também na melhoria das condições de trabalho, ora requalificando instalações ou construindo novos edifícios; na aquisição de fardamentos e equipamentos de proteção individual, ou materiais, ferramentas e meios mecânicos que, no tempo e no espaço, um serviço público de qualidade obriga, e os trabalhadores exigem.

Matérias também indissociáveis da saúde, higiene e segurança no trabalho. É nesta dimensão que encontramos campo fértil para a mobilização dos trabalhadores, num caminho onde a consciência se desenvolve a par com a luta que promove, nas suas mais variadas formas. Plenários e concentrações, na Praça do Município ou à porta da sede da junta (Avenidas Novas, Campolide ou Santa Maria Maior); abaixo-assinados; intervenções em assembleias de freguesia; em reuniões de câmara e na assembleia municipal; denúncias à ACT; ou mesmo o recurso à greve.

A organização, unidade e mobilização dos trabalhadores são alguns dos eixos centrais que motivam a ação do Sindicato, estando ao seu dispor, como sempre esteve, o recurso aos vários moldes de protesto e luta que decidam adotar. Os objetivos são claros: resolução dos seus problemas, defesa dos seus direitos, alicerçar respostas às suas ambições e expetativas. Através das questões concretas, mais facilmente avançamos na mobilização para os problemas mais amplos, onde a luta pelo aumento geral dos salários é matéria incontornável, elemento-chave no conjunto de reivindicações dos trabalhadores da administração pública, já dados a conhecer ao Governo pela Frente Comum, estrutura da qual o STML faz parte.

Camaradas,

Destacamos alguns dos processos reivindicativos em curso na CML:

- ✓ na Higiene Urbana/Remoção de Resíduos;
- ✓ no serviço de Proteção Civil (que já motivou inclusive queixa à ACT);
- ✓ nos espaços verdes e nas oficinas de reparação e manutenção mecânica, face aos conteúdos dos respetivos Cadernos Reivindicativos, entregues ao Presidente da autarquia;
- ✓ sobre as condições de trabalho dos sapadores bombeiros, havendo urgência de intervenção e melhoramento dos quartéis onde estão instalados;
- ✓ sobre a atribuição do suplemento de risco, insalubridade e penosidade aos trabalhadores-eletricistas;
- ✓ sobre as condições de trabalho nas bibliotecas, nos vários arquivos municipais, ou nos edifícios com grande concentração de trabalhadores, particularizando o Edifício do Campo Grande, o maior local de trabalho do município, com mais de 1.500 funcionários, mas também no Complexo da Boavista, sede da DMC e do DDS, entre muitos outros...

Em todas as realidades sectoriais do município - operária, administrativa ou técnica - o sindicato tem procurado estar presente. Como prioridades, o reforço da sua influência, e da sindicalização como consequência lógica, e especialmente construindo as

dinâmicas necessárias com os trabalhadores visando a resolução dos seus problemas, de acordo com as suas ambições e expetativas.

Realçamos neste plano, a importância da rede de delegados sindicais (os dirigentes locais do Sindicato), não descurando a sua renovação e rejuvenescimento, enquanto dimensões essenciais para o futuro do STML. Dentro de dois anos teremos eleições para um novo mandato, sendo necessário responsabilizar novos quadros para uma Direcção que ser quer mais forte e mais capaz de responder aos desafios do nosso tempo. Sabemos por experiência própria que onde o sindicato perde influência e capacidade de intervenção, abre-se automaticamente campo a novos fenómenos, aparentemente inorgânicos, auto-organizados, alguns até de aparência sindical, sempre com discurso fácil e respostas imediatas na ponta da língua.

O objetivo destes ditos fenómenos é conhecido: enfraquecer os sindicatos da CGTP-IN e a própria Central (aliás, como muitas vezes os seus líderes auto nomeados afirmam publicamente). Torna-se missão deste “sindicalismo moderno”, de fachada independente e democrática, em teoria afirmando ser integrador de tudo e de todos, na prática desagregando, confundindo e desunindo os trabalhadores. Também no município de Lisboa temos destes exemplos.

A melhor arma contra estes fenómenos? Alargar, reforçar e consolidar a nossa organização. Sermos mais consequentes no envolvimento e responsabilização dos trabalhadores. Organizá-los e dar-lhes caminhos e respostas que de facto contribuam para a resolução dos seus problemas.

Neste sentido, não podemos deixar de valorizar e saudar as lutas decididas pelos trabalhadores para a próxima semana:

1. no dia 27 de novembro, os trabalhadores da piscina da freguesia do Parque das Nações estarão em greve 24 horas (convocada por STML e STAL).
2. no dia seguinte, também os trabalhadores do Arquivo Municipal (envolvendo ainda os trabalhadores do Arquivo Fotográfico, Arquivo do Arco do Cego e Videoteca), estarão em greve (1/2 dia), exigindo respeito pelos seus direitos e condições de trabalho dignas.

Avante camaradas que o tempo e a luta não esperam!

Viva o XII Congresso da USL!

Viva a CGTP-IN!

Viva a luta dos trabalhadores!

P'Direcção do STML

22 e 23 de Novembro de 2019